

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A contabilidade da empresa é elaborada com base em documentos e registros que comprovam os fatos que deram origem aos lançamentos, sejam eles emitidos internamente ou recebidos de fontes externas. Toda a documentação suporte é considerada válida e atende aos requisitos formais e materiais previstos na legislação vigente, nas normas contábeis aplicáveis ou reconhecidos pela prática usual do mercado.

2) DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL - ITG 2000 (R1)

A contabilidade da empresa é conduzida conforme os princípios contábeis geralmente aceitos, atendendo às demandas informacionais de seus diversos usuários. Os registros são efetuados em língua portuguesa, utilizando a moeda corrente nacional, obedecendo à sequência cronológica de dia, mês e ano, e sem a presença de espaços em branco, rasuras ou alterações. Toda a escrituração é respaldada por documentos internos ou externos ou, na ausência destes, por evidências que comprovem os eventos registrados.

Cada lançamento contábil apresenta identificação numérica sequencial, data do registro, contas debitadas e creditadas, descrição que reflita a natureza econômica da operação e o respectivo valor envolvido.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis – CPC, por meio do Pronunciamento Técnico CPC PME, harmonizado com a norma internacional IFRS for SMEs (Norma Internacional de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

Essas demonstrações têm como finalidade prover informações relevantes acerca da posição patrimonial e financeira (por meio do Balanço Patrimonial), do desempenho econômico (via Demonstração do Resultado) e dos fluxos de caixa da entidade, de forma a apoiar os usuários na tomada de decisões econômicas.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, foram respeitados os atributos qualitativos fundamentais da informação contábil: relevância e representação fidedigna, assegurando que os dados apresentados sejam úteis, íntegros, imparciais e livres de distorções materiais.

A estrutura e a apresentação das informações seguem o princípio da prevalência da essência sobre a forma, isto é, os fatos e operações foram registrados com base em sua substância econômica, independentemente de sua formalização jurídica, elevando o grau de confiabilidade das demonstrações.

As demonstrações abrangem o conjunto completo exigido pelo item 3.17 do CPC PME, conforme detalhado a seguir:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa; e
- Notas explicativas.

3.1) BALANÇO PATRIMONIAL

a) ATIVOS

Ativos representam os recursos econômicos (bens e direitos) sob controle da empresa, originados de eventos passados, dos quais se espera a geração de benefícios econômicos futuros.

Principais critérios contábeis aplicados ao reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos:

- Reconhecimento: Um ativo é registrado no balanço patrimonial quando há evidência suficiente de que a entidade obterá benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou realização, e desde que seu valor possa ser mensurado com segurança e confiabilidade.

- Mensuração inicial: Os ativos são reconhecidos com base no custo histórico, definido como o valor pago em caixa ou equivalente no momento de sua aquisição ou formação.

a) Contas a receber: São registradas pelo valor nominal das vendas realizadas a prazo, acrescidas de juros quando aplicáveis, e ajustadas pelos recebimentos ocorridos até a data das demonstrações financeiras.

b) Estoques: Avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo inclui o preço de compra, tributos não recuperáveis e demais despesas diretamente atribuíveis à obtenção dos produtos, materiais ou serviços. A empresa adota o método do custo médio ponderado para valoração dos estoques.

c) Ativos imobilizados e intangíveis: Inicialmente mensurados com base no custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, são avaliados pelo custo

histórico deduzido das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas até a data-base das demonstrações.

(*) As vendas realizadas a prazo não são ajustadas a valor presente, considerando a curta duração dessas operações (geralmente entre um e três meses), a baixa incidência de encargos financeiros e o custo desproporcional do cálculo frente ao impacto irrelevante na qualidade da informação apresentada. Tal prática não compromete a utilidade da informação para os usuários.

- Classificação: Um ativo é classificado como Circulante quando: (a) sua realização está prevista para ocorrer até doze meses após a data das demonstrações contábeis; (b) está disponível para venda; (c) será consumido ou utilizado no curso normal das atividades dentro de um ano; ou (d) representa caixa ou equivalente de caixa.

Os ativos que não se enquadram nessas condições são classificados no grupo de Ativos Não Circulantes.

b) PASSIVOS

Os passivos representam obrigações atuais da empresa, derivadas de fatos passados, cuja liquidação exigirá a utilização de recursos econômicos disponíveis.

Critérios contábeis aplicados ao reconhecimento, mensuração e classificação dos passivos:

- Reconhecimento: Um passivo é registrado quando, ao final do exercício, a entidade possui uma obrigação decorrente de evento anterior, sendo provável a necessidade de saída de recursos para sua quitação e possível mensurar com confiança o valor da obrigação assumida.

- Mensuração inicial: Os passivos são inicialmente mensurados com base no custo histórico, correspondente ao valor em caixa (ou equivalente) recebido ou ao valor justo dos bens ou serviços obtidos no momento em que a obrigação foi constituída.

a) Empréstimos e financiamentos: São registrados inicialmente pelo valor contratado, e subsequentemente ajustados pelo custo amortizado, ou seja, considerando os encargos financeiros incidentes e deduzindo as amortizações efetivadas até a data das demonstrações.

b) Fornecedores: As obrigações com fornecedores são reconhecidas com base no valor original das compras, representando o valor justo dos produtos ou serviços recebidos à época da transação.

(*) Assim como nos ativos, as obrigações assumidas com vencimento a curto prazo (geralmente entre um e três meses), com baixa incidência de juros ou encargos, não são atualizadas para valor presente. A decisão é justificada pelo custo envolvido no cálculo frente ao impacto irrelevante na qualidade e utilidade da informação contábil gerada.

- Classificação: Um passivo é considerado Circulante quando: (a) sua liquidação é prevista para ocorrer dentro do prazo de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; (b) está vinculado a operações de negociação; (c) for exigível no mesmo período; ou (d) a empresa não possuir o direito de postergar a quitação por mais de doze meses após a data de encerramento do exercício.

Todos os demais passivos que não se enquadram nos critérios acima são classificados como Não Circulantes.

c) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia contabiliza os tributos diferidos sobre a renda com base nos resultados apurados conforme a legislação societária brasileira, em alinhamento com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Conforme as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 32 (equivalente à norma internacional IAS 12), o reconhecimento dos tributos diferidos decorre das diferenças entre as bases contábeis e fiscais atribuídas a ativos e passivos.

Os ativos relacionados a tributos diferidos são periodicamente avaliados quanto à sua possibilidade de realização. Quando identificada a possibilidade de não recuperação, é constituída provisão para ajuste ao valor recuperável. Essa avaliação considera os seguintes fatores: (i) histórico de geração de lucros tributáveis; (ii) projeções de resultados futuros sujeitos à tributação; e (iii) prazo estimado para reversão das diferenças temporárias.

Esse processo envolve o uso de premissas e estimativas por parte da Administração, que podem demandar o reconhecimento de provisão parcial ou integral para perda de valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

O registro foi efetuado com base em projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas a partir de expectativas de desempenho operacional e da reversão das diferenças temporárias, com premissas previamente aprovadas pela Administração.

Os valores de tributos diferidos foram reconhecidos no resultado do exercício e estão classificados no ativo circulante, tendo como base os prejuízos fiscais acumulados.

d) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa a parcela dos ativos da entidade que excede o total de suas obrigações, configurando-se como o valor residual pertencente aos seus proprietários após a dedução de todos os passivos.

3.2) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Demonstração do Resultado do Exercício reflete o desempenho econômico da entidade ao longo do período contábil, evidenciando a relação entre suas receitas e despesas.

As receitas representam acréscimos nos benefícios econômicos, provenientes do aumento de ativos ou da redução de passivos, excetuando-se aqueles relacionados a contribuições dos sócios ou acionistas. Já as despesas correspondem às reduções nesses benefícios, por meio de diminuições de ativos ou aumentos de passivos, desde que não estejam vinculadas à distribuição de lucros ou retornos de capital aos proprietários da empresa.

A apuração do resultado é realizada conforme o regime de competência, ou seja, os efeitos das transações são reconhecidos no período em que ocorrem, independentemente do momento do recebimento ou pagamento dos valores.

A estrutura da demonstração é dedutiva, partindo das receitas e reduzindo-se os custos e despesas ao longo da apresentação. A seguir, são elencadas as principais rubricas que compõem essa demonstração:

- a) Receita bruta;
- b) (-) Deduções da receita;
- c) (=) Receita operacional líquida;
- d) (-) Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- e) (=) Lucro bruto;

- f) (-) Despesas operacionais com vendas, adm. e outras despesas e receitas operacionais;
- g) (+/-) Resultado da equivalência patrimonial;
- h) (=) Resultado operacional antes do resultado financeiro;
- i) (+/-) Despesas e receitas financeiras;
- j) (=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- k) (+/-) Despesa com tributos sobre o lucro diferido e corrente;
- l) (=) Resultado líquido das operações continuadas;
- m) (+/-) Resultado líquido das operações descontinuadas;
- n) (=) Resultado líquido do período.

Em conformidade com o item 3.19 do Pronunciamento Técnico CPC PME, a Demonstração do Resultado Abrangente não foi apresentada, uma vez que, no período de referência das demonstrações contábeis, a entidade não apurou quaisquer itens que se enquadrem como outros resultados abrangentes.

3.3) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as variações ocorridas nos componentes do patrimônio líquido ao longo do exercício, incluindo o resultado apurado, eventuais ajustes decorrentes de alterações nas políticas contábeis ou correções de erros, aportes efetuados pelos sócios, distribuição de lucros (como dividendos ou outras formas) e movimentações relacionadas à constituição ou reversão de reservas.

Essa demonstração apresenta, para cada item do patrimônio líquido, uma reconciliação entre o saldo de abertura e o saldo final na data de encerramento do exercício, detalhando os efeitos de cada transação ou evento que impactou os respectivos saldos.

3.4) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem por objetivo apresentar as variações ocorridas nos saldos de caixa e equivalentes de caixa ao longo do exercício. Para fins dessa demonstração, consideram-se equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento de até três meses, que possuem alta liquidez e estão disponíveis para cobrir obrigações financeiras imediatas, não sendo destinadas a investimentos ou outras finalidades específicas.

A estrutura da DFC é segmentada em três categorias principais de atividades, evidenciando de forma separada os fluxos de entrada e saída de recursos:

a) Atividades operacionais: Representam as operações principais da entidade que geram receitas e envolvem, entre outros, recebimentos por vendas, pagamentos a fornecedores, encargos, tributos, salários e demais despesas operacionais.

b) Atividades de investimento: Envolvem a aquisição ou alienação de ativos de longo prazo, tais como bens do ativo imobilizado, aplicações financeiras e participações em outras entidades.

c) Atividades de financiamento: Correspondem a operações que alteram a estrutura de capital da entidade, incluindo captação ou amortização de empréstimos, aportes de capital e distribuição de resultados aos sócios.

A elaboração da demonstração foi realizada com base no método indireto, pelo qual o lucro líquido do exercício é ajustado para excluir os efeitos de itens que não impactam o caixa, como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos ou perdas com variação cambial ou alienação de ativos. Em seguida, são consideradas as variações nas contas operacionais a

receber e a pagar para determinação do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

REIPEL S.A

EVERALDO TOZZI
CPF: 212.950.048-01
PRESIDENTE

JULIANA FERRAZ FRANHANI

CRC: 1-SP-261553/O-7
CPF: 224.709.258-60
CONTADORA